

Relatório do Conselho de Administração

Przados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Companhia), relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2012, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referenciados por IBRACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SIFIN). Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Conjuntura econômica:** O ano de 2012 foi caracterizado por desaceleração do crescimento econômico, tanto na economia mundial, quanto na economia brasileira. Segundo estimativas do FMI, o PIB (Produto Interno Bruto) global deve ter se expandido cerca de 3%. A desaceleração das economias americana e chinesa explica boa parte do fraco desempenho da economia mundial no ano. A atividade econômica brasileira teve crescimento modesto em 2012. Segundo as projeções do mercado, o PIB deve ter se expandido 1% no ano, diante sequência ao fraco resultado verificado em 2011, quando a economia cresceu 2,7%. O desempenho da nossa economia em 2012 foi reflexo da frequência da atividade industrial, da baixa competitividade do setor ante a concorrência externa. Além disso, o recuo dos investimentos diante das incertezas presentes no cenário internacional e o fraco crescimento doméstico também contribuíram para o crescimento abaixo da meta. As despesas com consumo, o motor da expansão econômica dos últimos anos, também perderam força em 2012. O elevado grau de endividamento das famílias e o consequente aumento da inadimplência (principalmente no setor automotivo) explicam a diminuição do ritmo de crescimento do consumo neste ano de 2012. Ante uma atividade econômica de decaimento, as autoridades governamentais utilizaram instrumentos para estimular a economia. Dentre estas, a histórica citar: a queda da taxa básica de juros (SELIC) para 7,25% no final do ano, o menor patamar nominal da história recente; isenções fiscais foram concedidas para setores produtores de bens de consumo duráveis (automotivos principalmente) e bens de capital; e a desvalorização do câmbio, buscando elevar a competitividade do setor industrial; e a renúncia fiscal junto a uma perda de receita decorrente do menor ritmo do atividade doméstica, resultou em redução do esforço fiscal em 2012. O superávit fiscal primário foi de 1,9% do Produto Interno Bruto em novembro, distante da meta de 3,1% prevista para o ano. O menor ritmo da atividade não foi acompanhado por semelhante arrefecimento inflacionário. O IPCA encorrou 2012 com alta de 5,8%, contra 6,5% apurada em 2011, ou seja, não refletindo ainda um ambiente de inflação contida. A inflação foi beneficiada por vários fatores como: i) a política de controle de preços dos combustíveis; ii) ausência de reajuste de ônibus urbano em SP; iii) redução da tarifa de energia elétrica em importantes regiões metropolitanas; iv) reduções do preço para linha branca, móveis e autos; v) mudança de ponderação do IPCA, promovida pelo IGBE; entre outros fatores. O comércio exterior brasileiro foi também prejudicado pela crise internacional, principalmente pelo menor crescimento do mercado chinês, o que afetou negativamente as colações das principais commodities exportadas pela Brasil. As exportações recuaram ao longo de 2012, mas a fraca performance da demanda doméstica seguiu as importações, permitindo que a balança comercial brasileira registrasse superávit de US\$ 19 bilhões no ano (US\$ 29 bilhões em 2011). A entrada de recursos vindos do exterior também foi menor em 2012, mas suficiente para financiar o déficit em transações correntes. As reservas internacionais fecharam 2012 estáveis, em torno de US\$ 378 bilhões. Mesmo com um cenário externo adverso, alimentado pela aversão ao risco, o mercado de Ações do Brasil encerrou 2012 com ganho de 7,4%, atingindo 60.952 pontos (IBOVESPA). No mercado de câmbio, a ação do Banco Central em produzir um câmbio mais competitivo levou a cotação do dólar a subir de R\$ 1,85 no início do ano para R\$ 2,04 ao final de 2012, resultando em depreciação de 13,1% no ano. Para 2013, o mercado tem a expectativa de crescimento ao redor de 3,3%. Esta recuperação será reflexo dos efeitos da flexibilização monetária, câmbio mais depreciado, política fiscal expansionista e a aceleração dos investimentos, principalmente no âmbito do PBC. No que tange à inflação, há uma perspectiva de 5,7% para o IPCA em 2013. Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, em 2012 o volume global de ativos administrados pela Indústria de administração de recursos de terceiros alcançou patrimônio líquido de R\$222,6 bilhões, com aumento de 17,1% em relação a 2011. No final do ano, conforme dados da ANBIMA, o volume total de recursos sob gestão da Sul América Investimentos DTMV S.A. era de R\$22,4 bilhões, provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes *private*, representando

um aumento de 14,9% sobre o saldo de R\$19,5 bilhões registrado no final de 2011. Em 2012, a Standard & Poor's atribuiu pelo que o seu relatório de risco de crédito classificou a classificação AM/1 (Muito Forte) à Sul América Investimentos DTMV S.A. A confirmação da classificação máxima reflete o bom perfil de negócios da empresa e os benefícios de integrar à SulAmérica, de manter uma carteira diversificada, com uma boa gama de produtos, práticas muito fortes relativas às operações e controles; a expertise de seu corpo diretivo; processos disciplinados de administração de investimentos, e seus bons princípios fiduciários. **Resultado do exercício e proposta para sua destinação:**

RS milhões	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações	37,6	23,3
(-) Impostos e contribuições	(12)	(7,8)
(-) Participações	(9,5)	(4,9)
Lucro líquido do exercício	16,2	10,6
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,8)	(0,5)
Lucro líquido ajustado	15,4	10,0
Dividendos Obrigatórios:		
Lucro antes dos impostos e participações	3,8	2,5
Total dos dividendos obrigatórios (A)	3,8	2,5
Dividendos adicionais (B)	11,5	7,5
Total dos dividendos propostos (A) + (B)	15,4	10,0

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. Não existem títulos e valores mobiliários classificados pela Companhia na categoria mantidos até o vencimento. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10/05/2002 por seus controladores e o ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da Companhia, as condições para alienação de suas ações de emissão, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. São Paulo, 26 de fevereiro de 2013. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Ativo	Notas	2012	2011
Circulante		70.962	55.523
Disponibilidades		25	48
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos	5	56.037	49.087
Carteira própria		56.037	49.087
Outros créditos		14.897	6.388
Rendas a receber	6	13.129	4.670
Diversos	7	1.768	1.718
Outros bens e valores			
Realizável a longo prazo		14.565	10.842
Outros créditos		14.565	10.842
Diversos	7	14.565	10.842
Permanente		247	164
Investimentos		14	6
Intangíveis		28	138
Outros		205	120
Total do ativo		85.774	66.529

Passivo	Notas	2012	2011
Circulante		26.113	15.283
Outras obrigações		26.113	15.283
Sociais e estatutárias		3.840	3.969
Fiscais e previdenciárias	8	8.344	4.293
Diversas	9	13.929	7.021
Exigível a longo prazo		12.914	9.367
Fiscais e previdenciárias	8	12.914	9.195
Diversas	9	70	172
Patrimônio líquido		46.677	41.879
Capital	12.1	31.563	31.563
De domiciliados no país		31.563	31.563
Reservas de lucros	12.2	15.113	10.314
Ajustes de avaliação patrimonial		1	2
Total do passivo e patrimônio líquido		85.774	66.529

Reculta da intermediação financeira	Notas	2º Semestre	2012	2011
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.818	4.107	5.334
Resultado bruto da intermediação financeira	13	1.818	4.107	5.334
Outras receitas (despesas) operacionais		22.275	33.485	19.779
Receitas de prestação de serviços	14	35.594	62.665	43.401
Despesas de pessoal	15	(6.148)	(14.703)	(13.275)
Despesas administrativas	16	(5.323)	(10.793)	(9.339)
Despesas tributárias		(2.426)	(4.359)	(3.143)
Outras receitas operacionais		830	1.545	1.382
Outras despesas operacionais		(252)	(870)	(993)
Resultado operacional		24.093	37.592	23.313
Resultado antes da tributação sobre o lucro		24.093	37.592	23.313
Imposto de renda e contribuição social		(6.742)	(11.963)	(7.845)
Imposto de renda	17	(4.023)	(7.917)	(4.807)
Contribuição social	17	(2.580)	(4.938)	(2.936)
Ativo fiscal diferido	17	(139)	892	(102)
Participações no lucro		(7.535)	(9.463)	(4.904)
Lucro líquido		9.816	16.166	10.564
Quantidade de ações		17.166.837	17.166.837	17.166.837
Lucro por ação - R\$		0,57180	0,94170	0,61537

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (em milhares de reais)

Descrição	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2010	31.563	2.180	79	5.163	7.422	(2)	38.983	4
Ajuste ao valor de mercado	-	-	-	-	-	4	-	4
Dividendos recebidos	-	-	-	(5.163)	(5.163)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	10.564	10.564
Constituições de reservas	-	528	-	-	528	-	(528)	-
Dividendos obrigatórios R\$0,1462 por ação	-	-	-	-	-	-	(2.509)	(2.509)
Dividendos adicionais R\$0,4385 por ação	-	-	-	7.527	7.527	-	(7.527)	-
Saldos em 31/12/2011	31.563	2.708	79	7.527	10.314	2	41.879	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Dividendos adicionais pagos	-	-	-	(7.527)	(7.527)	-	-	(7.527)
Saldo em 31/12/2012	31.563	3.516	79	11.518	15.113	1	46.677	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	(20)	9.816	(20)
Constituições de reservas	-	490	-	-	490	-	(490)	-
Dividendos obrigatórios R\$0,2236 por ação	-	-	-	-	-	-	(3.840)	(3.840)
Dividendos adicionais R\$0,6709 por ação	-	-	-	11.518	11.518	-	(11.518)	-
Saldos em 30/06/2012	31.563	3.516	79	11.518	15.113	1	46.677	-
Saldos em 31/12/2012	31.563	3.516	79	11.518	15.113	1	46.677	-

Atividades operacionais	2º Semestre	2012	2011
Recebimento por serviços prestados na gestão de recursos	32.724	61.924	47.272
Receitas e despesas operacionais	(2.016)	(3.059)	(2.643)
Despesas administrativas	(9.321)	(23.577)	(19.028)
Impostos e contribuições	(4.226)	(10.838)	(10.036)
Títulos e valores mobiliários em negociação	(8.454)	(8.378)	(3.130)
Renovação das aplicações financeiras	(2.215)	(1.015)	4.870
Negociação	(2.215)	(1.714)	823
Disponível para venda	-	699	3.407
Pagamentos de serviços de terceiros	(2.402)	(9.278)	(7.324)
Outros pagamentos / recebimentos operacionais	(1.138)	(2.039)	(2.029)
Atividades de investimento	2.918	3.743	7.362
Títulos e valores mobiliários	(2.785)	(6.554)	(195)
Depósitos e resgates judiciais	(112)	(2.526)	(257)
Compra de ativo imobilizado	(23)	(32)	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(2.920)	6.270	(452)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	-	(10.036)	(6.886)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	-	(10.036)	(6.886)
Variação líquida do caixa	(2)	(23)	24
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial	27	48	24
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	25	25	48
Aumento (diminuição) nas responsabilidades financeiras	(2)	(23)	24

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., denominada "Companhia", sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado de São Paulo, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e que tem como principal acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada CIA SAUDE, que detém 100% da participação. A Companhia faz parte do conjunto de empresas liderado pela Sul América S.A., denominada "SASA", que detém o seu controle indireto total. Nessas demonstrações financeiras, o conjunto de empresas formado pela "SASA" e suas controladas, o qual a Companhia faz parte (controlada indireta da SASA), é tratado pelo termo "SulAmérica". A SASA tem como principais acionistas a Sulasapar Participações S.A., com 60,13% das ações ordinárias, e a ING Insurance International B.V., com 12,93% das ações ordinárias e 32,46% das ações preferenciais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas e instruções do BACEN e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que já tenham sido referenciados pelo BACEN e estão sendo apresentadas conforme nomenclatura e classificação padronizadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SIFIN). Dessa forma, as demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2013. **3. Práticas contábeis adotadas:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: • O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo a longo prazo, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os títulos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices legais em contrato; • O ajuste de valor presente é calculado para os ativos e passivos financeiros circulantes e de longo prazo, sendo utilizada como taxa de desconto a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2 Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo:** • Classificação e mensuração: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descrito a seguir: (a) **Títulos e valores mobiliários para negociação:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e instrumentos negociados, são contabilizados pelo valor atualizado de mercado, com base nos preços de mercado observados no período que se encerrou no resultado. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (c) **Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:** Os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor atualizado de mercado, com base nos preços de mercado observados no período que se encerrou no resultado. (d) **Empréstimos e recebíveis:** As empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, e ajustados quando aplicável, por reduções ao valor recuperável (*impairment*). **3.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social, correntes e diferidas, são constituídas pelas aplicações vigentes na data-bases das demonstrações financeiras. **3.4 Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais de natureza cível, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por juros de 0,78% ao mês. As provisões para as ações judiciais de natureza trabalhista são atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) e por juros de 0,78% ao mês. Tanto as provisões para as contestações de natureza cível, quanto as de natureza trabalhista são constituídas com base nas opiniões de Departamentos Jurídicos internos, nos consultores legais independentes e em informações sobre o provável resultado dos processos judiciais. Os valores são percentuais específicos, obtidos a partir da análise do histórico de pagamentos efetuados no período de 60 meses para os casos encerrados, calculados levando-se em consideração a natureza dos processos judiciais, a respectiva probabilidade de perda do processo e o desembolso financeiro esperado. Esses fatores foram calculados a partir da análise da relação dos valores despendidos com os processos encerrados por êxito, acordo judicial ou condenação judicial e as suas correspondentes estimativas de liquidação mensalmente. (f) **Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias:** As obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões de advogados que patrocinam as causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até a conclusão dos processos judiciais e seu valor possa ser estimado. Este comitê é composto pelo Presidente do Conselho Administrativo, Presidente da "SulAmérica", Vice-presidente de Investimentos; Diretor de Administração de Recursos; Superintendente de Análise de Crédito e o Superintendente de Risco e Operações. Este comitê se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário. Resumidamente, os critérios para exposição de crédito adotados são os seguintes: **a) Títulos públicos federais:** Até 100%; **b) Títulos públicos estaduais e municipais:** 0%; **c) Empresas não-hispanicas (títulos corporativos):** É adotada uma metodologia baseada em análise de risco qualitativa e quantitativa, como decorrência dessa análise é elaborado um "Score" (*rating* interno). Com base no score, é estabelecido um limite de crédito. Este limite será utilizado na exposição máxima a títulos de emissão para uma determinada empresa não financeira; **d) Instituições financeiras:** É adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborado um score (*rating* interno). Com base no score obtido, é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras. E ainda, a carteira possui perfil de curto prazo com o objetivo de cobrir o capital de giro, ou seja, a metodologia de pagamento de clientes e fornecedores mitigando desta forma o risco de liquidez. A composição da carteira da Companhia é segmentada em LFT (letra financeira do tesouro) e cotas de fundo de investimentos administradas pelo LFT. Vale ressaltar que em 2012 e 2011 a Companhia não investiu diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em títulos públicos e fundos classificados como multimercados. A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, investidos em quase sua totalidade em títulos públicos e federais e fundos com perfil semelhante, caracterizado, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como material os riscos de crédito e mercado. **4.2 Risco operacional:** Atualmente, a "SulAmérica" possui um sistema com informações granulares sobre processos e riscos operacionais, armazenado em *software* específico. A Companhia vem estruturando um novo *framework* para gestão destes riscos, onde foi mapeada toda a cadeia de valor da organização. Inserida neste contexto, a Companhia é representada por 1 macroprocesso, totalizando 8 processos, 24 riscos operacionais identificados e 43 controles. Foi adotada a metodologia FMEA ("Failure Mode and Effects Analysis"), que objetiva avaliar e minimizar riscos, por meio da análise das possíveis falhas percebidas pelos

gestores responsáveis pelo processo, e implantação de ações para redução de riscos e melhoria operacional. Essa metodologia é considerada como um método "self-assessment", tendo em vista que conta com as percepções individuais dos gestores dos processos. Adicionalmente, a base de perdas aliada às informações dos processos, tem o objetivo de trabalhar a assertividade da percepção dos gestores sobre os processos com base em dados históricos. **4.3 Continuidade de Negócios:** Para este risco, foi desenvolvido um plano de continuidade de negócios que é tratado corporativamente e através de ferramentas e metodologias que visam prevenir o funcionamento das atividades essenciais em momentos de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Companhia e seus clientes. **4.4 Gestão do capital:** O BACEN, por meio da Resolução nº 2.723, de 31/05/2000, regulou os critérios de aplicação dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo permanente (imobilizado) e, por meio das Resoluções nº 3.444, de 29/02/2007, 3.490, de 29/08/2007 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela Abordagem do Indicador Básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas. A tabela abaixo demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	2012	2011
Patrimônio de referência	46.679	41.880
Patrimônio de referência exigido	12.882	10.140
Margem limite de compatibilização	33.797	31.739

5. Títulos e valores mobiliários: A classificação, as taxas de juros e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31/12/2012 e 2011, feitos de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na nota 3.2, estão descritos a seguir:

Descrição	Títulos para negociação Disponíveis para venda		Títulos para negociação Não disponíveis para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	33.470	33.472	33.470	33.472	33,472	33.472
Letras financeiras do tesouro	-	-	33.470	33.472	SELIC	33.472
Quotas de fundos de investimentos	22.565	22.565	-	-	-	22.565
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	22.565	22.565	33.470	33.472	-	56.037
%	40%	40%	60%	60%	100%	100%
Circulante						56.037
Total						2011

Descrição	Títulos para negociação Disponíveis para venda		Títulos para negociação Não disponíveis para venda		Taxa média de juros	Total
-----------	--	--	--	--	---------------------	-------

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

C.N.P.J. Nº 32.206.435/0001-83

contemplados na rubrica "Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias". **11.1 Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:** A movimentação das ações fiscais da Companhia está demonstrada a seguir:

	Saldos em 01/01/2011	Adições	Atualização monetária	(Pagamentos)/ (baixas)	Saldos em 31/12/2011
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	11	-	1	-	12
Trabalhistas.....	190	2	11	(62)	141
Outros.....	-	2	-	-	2
Subtotal.....	201	4	12	(62)	155
Tributárias:					
PIS.....	468	83	28	(14)	565
COFINS.....	2.453	491	239	-	3.183
CSLL.....	2.148	1.136	133	-	3.417
Imposto de renda.....	1.775	-	40	(146)	1.669
Outros.....	347	-	14	-	361
Subtotal.....	7.191	1.710	454	(160)	9.195
Total.....	7.392	1.714	466	(222)	9.350

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Atualização monetária	(Pagamentos)/ (baixas)	Saldos em 31/12/2012
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis.....	12	-	1	-	13
Trabalhistas.....	141	535	26	(694)	8
Outros.....	2	-	-	(2)	-
Subtotal.....	155	535	27	(696)	21
Tributárias:					
PIS.....	565	-	1	(10)	556
COFINS.....	3.183	-	136	-	3.319
CSLL.....	3.417	1.973	399	(24)	5.765
Imposto de renda.....	1.669	1.083	228	(432)	2.548
Outros.....	361	-	16	(32)	345
Subtotal.....	9.195	3.056	780	(498)	12.533
Total.....	9.350	3.591	807	(1.194)	12.554

Em 31/12/2012, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$6.650 (R\$4.235 em 31/12/2011). Na avaliação da Administração sobre a provável saída de recursos nesses processos, o montante provisionado de R\$6.353 (R\$3.999 em 31/12/2011) refere-se principalmente a obrigações fiscais. **11.2 Ações fiscais:** • **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. • **COFINS / PIS:** A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de junho de 2009, a recolher a contribuição somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e remota a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas). • **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração

tendo impetrado mandado de segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. O valor em risco é de R\$ 5.741 e os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. **12. Patrimônio líquido:** **12.1 Capital social:** O capital social da Companhia, em 31/12/2012 e 2011 é de R\$31.563 dividido em 17.166.837 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. **12.2 Reservas de lucros:** O total das reservas de lucros da Companhia em 2012 é de R\$15.113 (R\$10.314 em 2011), composta basicamente por reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social, e por reserva de lucros referente a dividendos adicionais propostos. **12.3 Distribuição do resultado:** Em 2012 e 2011 a distribuição de dividendos da Companhia é a seguinte:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos e participações.....	37.592	23.313
(-) Impostos e contribuições.....	(11.963)	(7.845)
(-) Participações.....	(9.463)	(4.904)
Lucro líquido do exercício.....	16.166	10.564
(-) Constituição da reserva legal (5%).....	(808)	(528)
Lucro líquido ajustado.....	15.358	10.036

Dividendos obrigatórios
25% do lucro líquido ajustado
Saldo dos dividendos obrigatórios (A)..... 3.840 **2.509**
 Dividendos Adicionais (B)..... 11.518 **7.527**
Saldo dos dividendos propostos (A) + (B)..... 15.358 **10.036**
 O montante de dividendos propostos e não pagos, acima do mínimo obrigatório, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras como passivo e sim em conta própria do patrimônio líquido. **13. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:** O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$4.107 no exercício findo em 31/12/2012 (R\$5.334 em 2011) e R\$1.818 no segundo semestre de 2012 e é composto basicamente por títulos de renda fixa – públicos e cotas de fundos de investimentos. **14. Receita de prestação de serviços:**

Descrição	2º Semestre	2012	2011
Administração de fundos de investimento.....	21.008	40.059	29.466
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários.....	5.037	9.679	9.664
Taxas de performance.....	9.549	12.927	4.271
Total.....	35.594	62.665	43.401

15. Despesa de pessoal: Em 31/12/2012 e 2011, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios de administradores. As despesas com pessoal próprio totalizam R\$14.703 no exercício findo 31/12/2012 (R\$13.275 em 2011) e R\$6.148 no segundo semestre de 2012.

16. Outras despesas administrativas:

Descrição	2º Semestre	2012	2011
Processamento de dados.....	(1.251)	(2.443)	(2.305)
Repasso de comissão.....	(1.213)	(2.460)	(2.146)
Serviços de custódia.....	(811)	(1.667)	(1.695)
Propaganda e publicidade.....	(741)	(1.407)	(1.089)
Serviço técnico especializado.....	(430)	(738)	(638)
Alugueis.....	(171)	(360)	(564)
Viagens.....	(283)	(487)	(368)
Transporte.....	(63)	(114)	(104)
Material e manutenção de bens.....	(169)	(183)	(17)
Outras despesas.....	(191)	(934)	(467)
Total.....	(5.323)	(10.793)	(9.393)

17. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, estão reconciliados para os valores registrados nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Conselho de Administração: Presidente: Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; **Vice-presidente:** Arthur John Kalita; **Conselheiros:** Kevin Martins; Thomaz Luiz Cabral de Menezes; Carlos Infante Santos de Castro; Christian Frank; Francisco Werneck de Albuquerque Maranhão.
Diretoria: Diretor presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes; **Diretor vice-presidente:** Marcelo Pimentel Mello. **Diretores:** Emil Andery; Marcelo Saddi Castro.
Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

No segundo semestre de 2012, a Auditoria Interna realizou uma revisão preventiva nos processos vinculados à atividade de gestão de recursos próprios e de terceiros, que contemplou a análise de aspectos qualitativos e quantitativos associados aos principais processos inerentes às carteiras administradas e aos fundos exclusivos sob gestão da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., denominada "SAMI". Os pontos abaixo, reportados no relatório RAP 012/2012 (Revisão dos Processos e Controles das Carteiras Administradas e Fundos Exclusivos) de responsabilidade da SAMI, já foram implementados: • Verificação regular e obrigatória das informações do Mandato no momento do seu cadastro no Sistema de Risco e nas Políticas de Investimentos; • Regularização do cadastro dos cotistas - pessoas físicas e jurídicas; e • Análise crítica dos direitos de acessos dos usuários do Sistema Custodiante em intervalos regulares. Os pontos reportados de responsabilidade do Agente Custodiante, a seguir descritos, estão sendo acompanhados e as ações mitigatórias adotadas pela SAMI estão em processo de validação: • Disponibilização de dispositivos de segurança, de modo a permitir que a autenticação de seus usuários seja protegida por mecanismos adicionais de segurança, tais como: módulo de segurança, teclado virtual, teclado codificado, token e cadastramento de computador; e • Acesso online e monitoramento periódico das trilhas de auditoria das transações efetuadas, de modo a detectar o uso irregular e/ou possibilidades de fraude. Com relação ao primeiro ponto de responsabilidade do Agente Custodiante, a SAMI irá implementar uma rotina em que as movimentações serão realizadas somente em máquinas habilitadas para esta função, afim de mitigar os riscos elencados. Em relação ao segundo ponto, as trilhas de auditoria serão solicitadas ao Agente Custodiante com antecedência para que sejam providenciadas e analisadas. Atualmente, a referida estrutura encontra-se adequada aos negócios da instituição e aos dispositivos constantes da Resolução Nº 3.464/2007

do Conselho Monetário Nacional. O gerenciamento de risco de mercado dos fundos geridos pela SAMI é feito pela Superintendência de Risco e Operações, através do cálculo do VaR Paramétrico (Fundos de investimentos e carteiras) e B-VaR (Fundos de ações e indexados de inflação). Essa avaliação é aplicada em todos os fundos abertos, exclusivos e carteiras administradas. O cálculo do VaR é feito através do Sistema MITRA considerando-se um nível de confiança de 95%, sendo que a volatilidade e a matriz de correlação são calculados pelo procedimento conhecido por EWMA (Volatilidade histórica com alisamento exponencial que significa atribuir maior peso às observações mais recentes, que permite aumentar a velocidade da reação a choques) com lambda = 0,94. Como possuímos clientes cujos mandatos e regulamentos possuem critérios e metodologias específicos de cálculo de risco de mercado, utilizamos as regras adequadas para cada política de investimentos destes clientes. As vantagens em se utilizar o VaR como instrumento de gerenciamento do risco de mercado, dentre outras, são: a fácil assimilação conceitual, a fundamentação bastante simples (basta considerar as posições do fundo, as volatilidades dos ativos e as correlações entre eles) e o fato de poder interpretar, em um único número, o risco total da carteira de investimento sob análise. Adicionalmente, visando tornar o gerenciamento de risco de mercado abrangente e completo é utilizada, além do VaR, a metodologia de "Stress Testing", através de cenários independentes calculados pela BM&FBovespa. Para o acompanhamento de enquadramento dos limites de exposição definidos pela legislação, regulamento, política de investimentos ou mandato do fundo e/ou carteiras de investimentos é utilizado o Sistema de Controle de Risco e Compliance (SRC) da empresa YMF (TOTVS). São Paulo, 22 de fevereiro de 2013. Emil Andery - Diretor de Auditoria Interna. Valquiria de Souza Farias - Superintendente de Auditoria Interna.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2013.
 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP-014428/O-6

Carlos Eduardo Munhoz
 Contador CRC 1SP 138600/O-7

Descrição	2012		2011	
	Imposto de Contribuição renda	Contribuição social	Imposto de Contribuição renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social.....	37.592	37.592	23.313	23.313
Despesas com imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais.....	(9.398)	(5.639)	(5.828)	(3.497)
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais.....	(322)	(193)	(85)	(53)
Despesas não dedutíveis.....	(188)	(113)	(87)	(18)
Outras.....	(153)	(279)	-	-
	(663)	(585)	(172)	(71)
Exclusões:				
Encargos sobre participações nos lucros.....	2.144	1.286	889	533
Outras.....	-	-	116	99
	2.144	1.286	1.005	632
Redução de incentivos fiscais.....	-	-	188	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente.....	(7.917)	(4.938)	(4.807)	(2.936)
Diferidos:				
Constituição - Crédito tributário sobre diferenças temporárias.....	803	470	(35)	(67)
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais.....	(238)	(143)	-	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido.....	565	327	(35)	(67)
Despesas com imposto de renda e contribuição social.....	(7.352)	(4.611)	(4.842)	(3.003)
Alíquota efetiva.....	20%	12%	21%	13%
Alíquota efetiva combinada.....	32%	32%	32%	34%
18. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas: Os patrimônios líquidos em 31/12/2012 dos fundos de investimento e carteiras administradas totalizam R\$28.860.524 (R\$25.638.167 em 2011), sendo R\$6.478.690 (R\$6.175.042 em 2011) provenientes da sua controladora de última instância SASA e suas controladas e R\$22.381.834 (R\$19.463.125 em 2011), provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão e empresas), distribuidores externos e clientes <i>private</i> . 19. Conciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
		2º Semestre	2012	2011
Lucro líquido do exercício.....		9.816	16.166	10.564
Mais				
Depreciações e amortizações.....		31	64	315
Juros e variações monetárias de obrigações fiscais.....		805	805	-
Outros.....		352	352	50
Menos				
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais.....		(362)	(935)	(383)
Outros.....		-	(93)	(88)
Atividades operacionais				
Variação de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....		(12.496)	(13.507)	(4.182)
Variação de outros créditos.....		(7.020)	(11.177)	(4.266)
Variação de outros valores e bens.....		50	(3)	89
Variação de outras obrigações sociais e estatutárias.....		3.840	2.381	(848)
Variação de outras obrigações fiscais e previdenciárias.....		4.971	7.219	3.820
Variação de outras obrigações diversas.....		2.931	2.471	1.825
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....		2.918	3.743	7.362